

## ÍNDICE

2 -	Identificação do Empreendedor .....	1/2
2.1 -	Introdução .....	1/2
2.2 -	Dados do Empreendedor .....	2/2
2.3 -	Dados do Consultor Responsável pela Realização do EIA/RIMA .....	2/2



## 2 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

### 2.1 - INTRODUÇÃO

No Brasil, os portos respondem por mais de 95% do volume das exportações brasileiras que seguem por via marítima (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2004). Para chegar a este resultado foi necessário o setor solicitar a edição de uma lei específica, Lei nº 8630/93, que possibilitou um processo de incorporação de profundas inovações técnicas no sistema portuário nacional, transformando a infra-estrutura e adaptando os portos brasileiros às novas demandas do comércio mundial.

Neste sentido o Estado do Rio de Janeiro, na região de Itaguaí, e mais particularmente a região onde está operando o Porto de Itaguaí, com características hidrográficas do seu canal de acesso, a proximidade do ramal ferroviário da MRS e das principais rodovias federais BR-101 (Rio-Santos), BR-116 (Presidente Dutra), BR-040 (Rio-Juiz de Fora) e BR-465 (antiga Rio-São Paulo) e as rodovias estaduais RJ-099 e RJ-105 apresenta-se como a solução natural para implantação de empreendimentos portuários.

Sendo assim, para atender a crescente demanda na produção de minério de ferro do sudeste Brasileiro, além do aumento da produção de minério da própria empresa, a LLX Sudeste Operações Portuárias, diante deste potencial de carga, passa a estudar a viabilidade de implantação, de um Terminal Marítimo para exportação do minério em um ponto com condições favoráveis de acessos marítimo e terrestre, compatíveis com a demanda esperada.

Assim, estudos elaborados pela LLX, indicaram a área vizinha ao Porto de Itaguaí, na Ilha da Madeira, como local ideal para implantação do Terminal Marítimo, denominado Porto Sudeste, para exportação de 50.000.000 de toneladas/ano de Minério de Ferro, não só pelas características já definidas no Plano Diretor Integrado do Porto de Sepetiba (1996) quando a Cia. Docas do Rio de Janeiro estabeleceu em linhas gerais as orientações para modernização do Porto, mas também pelo que está determinado na Lei de Zoneamento do município de Itaguaí, que considera a área como Zona Industrial e Portuária (ZIP), de acordo com a Lei Municipal de Zoneamento n. 2608/2007.

A implantação e operação do Porto Sudeste, incluindo as obras de dragagem, preparação do terreno do retroporto e infra-estruturas necessárias (ferrovia e rodovia), serão de responsabilidade da LLX Sudeste Operações Portuárias, conforme as informações expostas a seguir:

## 2.2 - DADOS DO EMPREENDEDOR

O empreendimento está sob responsabilidade da empresa LLX. A seguir são apresentadas as principais informações do Empreendedor.

Razão Social	LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda.		
CNPJ	08.310.839/0001-38		
Responsável Legal	Cláudio Henrique Lyra de Miranda		
Cargo	Gerente de Meio Ambiente		
Endereço	Praia do Flamengo 154 / 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ		
Telefone	(21) 8307-3758	Fax:	(21)2555-5670
E-mail	claudio.lyra@llx.com.br		

## 2.3 - DADOS DO CONSULTOR RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DO EIA/RIMA

A elaboração do Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental, está sob responsabilidade da empresa Ecology and Environment do Brasil.

Razão Social	Ecology and Environment do Brasil Ltda.		
CNPJ	01.766.605/0001-50		
Responsável Legal	Paulo Mário Correia de Araújo		
Cargo	Coordenador de Projetos		
Endereço	Av. Rio Branco nº 1		
Telefone	(21) 2108-8700	Fax:	(21) 2108-8789
E-mail	paulo.mario @ecologybrasil.com.br		